



PSICOEDUCAÇÃO E DIREITOS DA PESSOA COM AUTISMO

Sustentabilidade, Inclusão, Educação e Direitos Humanos.

Antonio Hugo Rabelo Castro; Centro Universitário Presidente Antônio Carlos;
antonio.castro@unitpac.Edu.br

Angla Franco Alves; Centro Universitário Presidente Antônio Carlos;
anglafranco21@gmail.com

Katrine Barbosa de Sousa; Centro Universitário Presidente Antônio Carlos;
katrinebrbs@gmail.com

<https://lattes.cnpq.br/1101665927971694>

Introdução: O Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) é uma condição que impacta o desenvolvimento neurológico e comportamental, apresentando uma variedade de manifestações. Apesar dos avanços na compreensão do autismo, as pessoas com TEA e suas famílias enfrentam desafios na obtenção de informações e acesso a serviços adequados. Em áreas periféricas, da cidade de Araguaína, Tocantins, esses desafios podem ser ainda mais acentuados pela escassez de recursos e informações. Portanto, iniciativas que visam promover a conscientização e informar sobre os direitos das pessoas com autismo são essenciais para garantir uma maior inclusão e qualidade de vida para essa comunidade. **Objetivo:** O objetivo foi de proporcionar maior clareza e conhecimento sobre os direitos da pessoa com autismo às famílias vulneráveis, permitindo-lhes usufruir dos benefícios garantidos por lei. **Método:** O método utilizado para a elaboração deste projeto científico foi a Pesquisa Bibliográfica não sistematizada. As plataformas de busca Google Acadêmico e Scielo foram utilizadas para a coleta de dados, empregando-se os termos "direitos da pessoa com autismo" e "Ciptea". A pesquisa bibliográfica teve como objetivo identificar e selecionar artigos relevantes que mencionassem políticas públicas e direitos fundamentais da pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Além da pesquisa bibliográfica, foi realizada uma consulta jurídica com um advogado da cidade de Araguaína para validação dos dados coletados. Esta etapa foi essencial para garantir a precisão e a relevância das informações obtidas nas plataformas de busca. Ademais, se trata de um relato de experiência de uma intervenção realizada. **Resultados e discussão:** A partir do material coletado na pesquisa bibliográfica e da consulta jurídica, foi desenvolvida uma cartilha informativa detalhando os direitos da pessoa com autismo. A cartilha, aborda diversos aspectos legais e práticos, incluindo: Leis municipais específicas sobre autismo, procedimentos para a aquisição da (CIPTEA), Informações sobre o passe livre interestadual e intermunicipal, entre outros. Espera-se que esta cartilha seja um recurso valioso para mães e famílias de pessoas com autismo em Araguaína. A finalidade é que ela auxilie precisamente na compreensão e no acesso aos direitos, proporcionando um suporte significativo para essas famílias. **Considerações finais:** Conclui-se que a falta de conhecimento sobre os direitos das pessoas com autismo é um obstáculo considerável para a inclusão e o acesso aos benefícios garantidos por lei. Dessa maneira, a utilização da cartilha visa, informar essas famílias, permitindo-lhes exigir e usufruir dos benefícios a que têm direito, melhorando, assim, a qualidade de vida das pessoas com autismo na comunidade.

Palavras-chave: Autismo; Cartilha; Direitos.